

**O DISCURSO DA LOUCURA E DA “MEDIUNOPATIA” NA CIDADE DA
PARAHYBA DO NORTE/JOÃO PESSOA ENTRE 1916 E 1950**

Dr^a Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba
Ednanobrega06@gmail.com

Dr^a Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba
Joedna8@gmail.com

A partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX as cidades brasileiras, influenciadas pelas ideias de modernidade e civilização europeia, vivenciaram diferentes transformações, no espaço, nos costumes, hábitos e cotidiano da população. No citado período, transformar o mundo, mudá-lo, revolucioná-lo, traduzia a ideia do que era ser moderno. Ser moderno era estar encantado com a modernidade, era se permitir demonstrar estar apaixonado com o que a sociedade urbano-industrial tinha trazido de diferente, era se encantar com a velocidade do progresso-presente, por exemplo, nas estradas de ferro ou na produção industrial. Era buscar substituir práticas sociais antigas por novas. Portanto, ser moderno era, especificamente, buscar ser diferente do antigo, era estar preso ao sonho de transformar o mundo constantemente.¹

Desde o final do século XIX o sonho da modernidade vinha sendo compartilhado pela elite e os intelectuais da Parahyba. Acompanhar a modernidade era o mesmo que estar apto para acompanhar o mundo, era preciso poder compartilhar com o mundo, como outras cidades brasileiras, a modernidade e o progresso. Esse desejo de acompanhar o mundo moderno não envolvia, portanto, apenas as grandes metrópoles, envolveu também as pequenas cidades (ARAÚJO, 2001).

O encantamento que a modernidade provocava, alcançou a elite política e intelectual da Parahyba do Norte. O governo gostaria de inovar, de modificar a cidade ou, precisamente, a sua estrutura urbana, de forma parecida com a das grandes metrópoles. Havia a expectativa de que a cidade estivesse caminhando nos trilhos da modernidade. E caminhar nestes trilhos significava apagar as imagens e os

¹ Ver: Antonio Paulo Rezende, 1992; Nicolau Sevcenko, 1995

comportamentos do passado. Significava defender a remodelação da cidade. Nesse sentido, não se tratava de algo estranho o Presidente de Estado, Camilo de Holanda, no ano de 1917, afirmar: “(...) em todas as construções de direito administrativo, devemos **copiar** o que já se encontra feito e experimentado nos grandes centros evoluídos” (**Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado Sr. Dr. Camilo de Holanda Parahyba do Norte, A União, 02/09/1917, p.2. (grifos nossos)**)².

De acordo com a fala de Camilo de Holanda, percebe-se que as autoridades governamentais não apenas conheciam o que estava ocorrendo em outras cidades como também queriam seguir seus exemplos. Através das matérias publicadas na imprensa do período, foi possível observar que os paraibanos estavam informados sobre as reformas urbanas ocorridas na Europa e em outras cidades brasileiras, uma vez que, nos próprios jornais, havia uma parte destinada às informações estrangeiras, sobretudo, acerca da França e da Inglaterra, além de outros espaços dedicados a cidades como o Rio de Janeiro, que, no dizer de Nicolau Sevckenko, representava o “maior centro cosmopolita da nação, em íntimo contato com a produção e o comércio europeu e americano, absorvendo-os e irradiando-os para todo o país” (SEVCENKO, 1995, p. 28).

No início do século XX, acentuou-se a preocupação em reorganizar a cidade da Parahyba do Norte, que aos poucos, teve seus espaços tradicionais de circulação, moradia, lazer e trabalho, redefinidos, remodelados. Destacaram-se, nessa busca de remodelação, os governos de João Lopes Machado (1908/1911), João Pereira de Castro Pinto (1912-1915) e Camilo de Holanda (1916 - 1920). No período desses governos, foram incentivadas e praticadas, dentre outras reformas, as seguintes: transformação dos logradouros públicos em locais atraentes através da remodelação, arborização e criação de praças e Jardins Públicos; derrubada das casas de palha, abertura de ruas e avenidas que visavam substituir os chamados becos insalubres; remodelação, caiação dos prédios públicos e calçamento das ruas. O projeto de rede de esgotos de 1913 também estava próximo aos elementos modernos que vinham sendo solicitados para a cidade como a

² O mesmo Camilo de Holanda também se correspondia com Dr. Juliano Moreira “pedindo-lhes conselhos técnicos” e “socorrendo-se das luzes” do psiquiatra para assistência aos alienados. (A União, 1917, p.3).

energia elétrica e o abastecimento de água. O ano de 1912, época do governo de João Machado, fora singular em relação a esses dois aspectos, uma vez que a Parahyba do Norte, a partir daquele ano, passou a contar com os serviços de água encanada e energia elétrica (ARAÚJO, 2001).

A rua e a casa ganharam, portanto, novos olhares, além do olhar do construtor. Foi preciso ruas largas, arejadas, bem ventiladas, com canais de drenagens, sistemas de esgotos e de abastecimento de água potável. As casas também receberam essa mudança de olhares e de vigilância: abrem-se janelas nas alcovas, varandas e terrassês modificavam a estrutura arquitetônica. Requeria-se ambientes mais claros, mais ventilados, onde a luz do sol e o vento pudessem ter acesso livre, tanto quanto os membros aí residentes. Médicos, químicos e engenheiros opinavam sobre os melhores métodos de arejamento das cidades e das residências e a salubridade tornou-se a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde (OLIVEIRA, 2003, p.18).

Conforme Foucault, a medicina urbana³ contribuiu para o projeto modernizador das cidades, e na Parahyba do Norte, a influência da medicina fora de suma importância já que o apoio dos médicos, seja diretamente envolvidos na administração da urbes ou através dos seus discursos nos jornais, etc., contribuiu para transformar o Centro da Cidade em um espaço ordeiro, asseado e belo, onde a elite pudesse transitar sem os perigos das doenças ou da incômoda presença dos pobres, mendigos, ladrões, menores abandonados, órfãos, loucos⁴, aleijados e prostitutas. No entanto, fora possível perceber na documentação pesquisada que, apesar das tentativas de exclusão e de construção de uma nova cidade, os pobres continuaram a disputar o espaço urbano com as elites. A velha cidade se encontrava com a nova.

O que fica em evidência é que, na cidade da Parahyba, no contexto do século XIX, tal como aconteceu na Europa entre o seiscentos e o setecentos,

³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.80.

⁴ Segundo Helmara Giccelli Formiga Wanderley Junqueira (2016, p.138) os loucos eram tratados/nomeados na Parahyba do Norte na década de 1870, de forma resumida. “Sua classificação era muito genérica. Doidos[as], loucos[as], alienados[as], idiotas, epiléticos, “desafortunados da razão”, “enfermos da razão” e dementes eram estas as formas ditas oficiais de nomear a loucura nesta Província, ou, pelo menos, foram estas as expressões encontradas na documentação analisada, quando representantes da Câmara Municipal, Provedores da Santa Casa de Misericórdia, médicos, juristas, Presidentes da Província da Parahyba, autoridades policiais, jornalistas e demais elites letradas se referiram àqueles “infelizes”.

conforme observou Foucault, a loucura só terá hospitalidade entre os muros dos hospitais e/ou das cadeias, junto aos pobres e indesejáveis. E aqui, como lá, também se observou uma degradação moral da pobreza, antes vista sob a sigla da misericórdia e que passou a comportar todos os tipos de práticas antissociais (JUNQUEIRA, 2016, p.110).

Porém, desde meados do século XIX, os relatos dos Presidentes de Estado e a Imprensa passam a comentar sobre a presença incômoda dos alienados nas ruas da cidade e a necessidade de serem recolhidos. No período, os mesmos eram enviados para os hospitais mas não eram considerados perigosos pela loucura, mas deveriam ser isolados igualmente aos demais doentes que deveriam ser excluídos do convívio social.

O Hospital da Santa Casa deveria ser mais amplo, mais convenientemente distribuído, e em melhor localidade. (...) Uma de suas faltas notáveis é a de uma enfermaria para os alienados. Hoje estão três destes infelizes acomodados em um dos repartimentos térreos, o qual não tendo sido construído para esse fim, dá lugar a que os loucos quebrem e destruam tudo quanto lhes chega ao alcance (Presidente da Província da Parahyba, Henrique Beaurepaire Rohan, 1858, p.3).

Passavam-se os anos e ao que parece a insatisfação diante da permanência dos loucos na Santa Casa de Misericórdia só aumentava, como também aumentava a violência com que eram tratados:

Chegado à década de 70 do século XIX, a Santa Casa encontrava no argumento da falta de espaço uma forma de se ver livre dos “indesejados” hospedes, que, conforme referido pelo Provedor Joaquim Moreira Lima, “não só perturba[vam], e encommoda[vam] os outros doentes [e também os funcionários do estabelecimento], como arruína[vam] e destro[iam] o edifício”, diante do que, converia ao menos, já que não se pode fazer um edifício independente, preparar alguns quartos com toda a segurança para esses infelizes. Conserva-os em ferros, e algemados para evitar que eles arrombem os quartos, é um crueldade pungente. Não existe no Hospital uma só prisão segura, e com as comodidades indispensáveis a esses enfermos. Se a Assembléa não der os meios os infelizes teram de sofrer, além dos encommodos d’essa cruel enfermidade, as violências empregadas para contel-os (JUNQUEIRA, 2016, p. 122/123).

Indesejados por todos, médicos, funcionários, e até mesmo pelos familiares, em decorrência do seu comportamento eles recebiam um tratamento desumano, bem diferente do esperado para um hospital, viviam “conservados em ferros, e algemados” como se aprisionados nas salas. Embora fossem colocados no Pavimento Térreo da

Santa Casa, eles conviviam no mesmo hospital com pessoas acometidas por diferentes doenças inclusive epidemias.

De acordo com Edvaldo Brilhante da Silva Filho, o aprisionamento já era uma prática utilizada em relação aos loucos ao longo do período colonial e do período imperial, associado a outros recursos terapêuticos considerados “não científicos”:

Há registros que os insanos muitas vezes recebiam severos castigos físicos, pois era uso corrente pensar tratasse de problemas de possessões demoníacas (questões espirituais), também usavam medicações caseiras como chás de ervas medicinais, os banhos de água quente e fria, os banhos de mar, as orações das benzedadeiras (conhecidas por rezadeiras), tinham ainda os exorcismos (praticados pela Igreja Católica), os enclausuramentos radicais, onde os mais agressivos eram acorrentados trancafiados dentro de cubículos nos porões das residências, etc. (SILVA FILHO, 1998, p. 44).

Como informa Everaldo Brilhante da Silva Filho, era um tempo em que muitos eram meramente rotulados como loucos; por não haver a presença de médicos psiquiatras na Paraíba, não recebiam tratamento especializado, nem mesmo quando eram alienados mentais de fato.

Os alienados também estavam sujeitados a outras instituições, uma delas era a prisão, que se fazia autoridade sob os loucos nas pessoas do delegado e dos guardas: “Notas da Policia: dia 10 existiam na cadeia 222 presos, sendo 220 criminosos e 2 desordeiros. Existem mais duas mulheres alienadas”. (Estado da Parahyba 13/11/1891, p. 2).

Outro Jornal também afirma: “Existem recolhidos a cadeia 163 detentos sendo 6 alienados (Correio Oficial 15/01/1903 p. 2).

Temos os exemplos constantes de guardas que abordavam e prendiam sujeitos suspeitos de insanidade; temos o referido exemplo do cidadão Antonio Perreira de Carvalho: “A 1º delegacia foi recolhido o individuo Antonio Perreira de Carvalho, que apresentava symptomas de loucura.” (A União, 05/11/1915) e ainda: “O guarda nº 60, de serviço na praça da Independencia, conduziu a policia o individuo Chrispiniano Nunes, por parecer soffrer das faculdades mentaes.” (A União, 26/02/1930. p.2).

Além dos casos dos alienados presos através do maquinário policial, encontramos um caso que nos chamou a atenção, pois se tratava de uma mulher conhecida como Sinha Marica que foi denunciada a polícia por práticas de ocultismo,

sendo feito o pedido de internamento no asilo de alienados, como noticiado através do jornal A União:

A Policia do 1º districto vai tomar providencias contra a mulher conhecida vulgarmente por Sinha Marica, cujo comportamento tem sido ultimamente dos mais vergonhosos pelos continuados escondalos que provoca na rua do Motanegro onde reside. Essa mulher, as que nos consta, é ébria e inventerada, e até affectada das faculdades mentaes, isso devido aos catembós, espiritismo e outras práticas do ocultismo, em que, segundo Ella mesmo affirma, é douctora. Convém que as providencias sejam completas, procedendo a policia uma busca rigorosa nos esconderijos da casa da Sinha Marica, e fazendo internal-a no asylo de alienados(...) (A União, 17/09/1915, p.2).

Esse caso exemplifica que dentro dos muros dos asilos se encontravam pessoas possivelmente sãs em suas faculdades mentais, mas que por desviarem das normas sociais eram lançados nos braços do internamento. Por esse lado, o internamento exercia outra função que não a de curar ou tratar do louco, como expões Foucault: “A prática do internamento designa uma nova reação à miséria, um novo patético (...) um outro relacionamento do homem com aquilo que pode haver de inumano em sua existência.” (2009, p. 56). Nesse caso, os indivíduos que por suas práticas religiosas, sexuais se diferem do padrão estabelecido eram em muitos casos internados em asilos de alienados com a justificativa de serem loucos.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, ganha credencial científica a associação entre espiritismo e loucura. Alguns psiquiatras chegam a divulgar estatísticas apontando o espiritismo como uma das principais causas de distúrbios mentais no país. Com respaldo do Código Penal, são tomadas diversas iniciativas de combate ao espiritismo. Autoridades policiais e sanitárias protagonizam muitos episódios de perseguição. Mas a repressão se concentra, como era de se esperar, nas práticas religiosas populares, que exibiam referências africanas (GIUMBELLI, 2008, p.16).

Na imprensa era comum prisão como a da Sinhá Maroca, por encontrar-se envolvida com espiritismo ou a chamada macumba. Everaldo Brilhante da Silva Filho (1998, p. 44), fala de pessoas tidas como insanas que eram castigadas, tratadas com rezadeiras ou através do exorcismo de padres da Igreja Católica. Em diversos momentos, a construção histórica, no início do século XX no Brasil, do espiritismo está ligada ao conceito de loucura.

No ano de 2014, a historiadora Mary Del Priore, publicou um livro sobre a história do sobrenatural e do espiritismo no Brasil. Embora esse trabalho não se dedique apenas a uma análise do espiritismo denominado Kardecista, ele nos traz uma história do espiritismo e nos convida a analisar historicamente a relação que se estabeleceu entre os sentidos da palavra loucura e da palavra espiritismo no Brasil e, especificamente na Paraíba.

Segundo Mary Del Priore (2014, p.141):

[...] Tudo isso resultava numa ‘mediunopatia’ ou mediunomania’, manifestações de caráter alucinatório ou uma ‘loucura de colorido espírita. Segundo eles, o indivíduo com doença mental encontrava nas sessões espíritas um palco para desenvolvê-la. O espiritismo era o fator ‘desencadeador da alienação mental’! Aquilo que começava como uma sugestão descambava para a alienação. E quem encarnava o modelo? O ‘médium’, alguém dominado por ‘delírios e alucinações’.

Ainda sobre o espiritismo e a loucura a referida autora destaca:

Ao associar o espiritismo a um ‘fator de alienação mental’ e a uma ‘indústria organizada para explorar a credulidade pública’, os médicos e psiquiatras conseguiam enquadrá-lo como doença e também como crime. Nos anos de 1920 e 1930, o espiritismo preocupava as autoridades policiais e sanitárias, e não havia como separar os diagnósticos dos esforços de combate à doutrina e suas práticas (PRIORE, 2014, p. 142).

Diante do exposto, é possível perceber as tentativas de exclusão da chamada doutrina espírita da sociedade brasileira, advinda especificamente dos setores ligados a Igreja Católica, o que possibilitou a emergência de um discurso médico-psiquiátrico para a o enclausuramento dos chamados espíritas na segunda metade do século XX. Na Paraíba não foi diferente. José Raimundo de Lima em seu trabalho sobre a história da *Federação Espírita Paraibana* fez um grande apanhado da história do espiritismo na Paraíba desde o seu início com a criação *Federação Espírita Paraibana* (FEPB), fundada em 17 de janeiro de 1916 e de toda perseguição que sofreram.

Tudo começou nos idos de 1916. A Parahyba do Norte era a capital da então Parahyba. Uma época em que só exceções de pessoas se ‘atreviam’ a falar de Espiritismo. Eram os destemidos e audaciosos, de raciocínio largo, que liam, dialogavam, conheciam a Doutrina Espírita. Não havia ainda um núcleo ou Centro Espírita, mas o Livro

dos Espíritos estava ali, garantindo a ousadia para se ultrapassarem as fronteiras do preconceito (LIMA, 2016, p. 69).

Ele fala em ser destemido para iniciar com a FEPB em 1916, uma vez que não possuíam sede, começou a funcionar na residência do próprio presidente Sr. Manoel Alves de Oliveira e por outro lado, o espiritismo era observado com um forte teor de preconceito oriundo da Igreja Católica, que fazia “protesto” e “zombaria” por meio do *Jornal A Imprensa* (LIMA, 2016, p.78).

Ou seja, ao que parece, muitos dos internos eram considerados loucos por possuírem o “dom da mediunidade”, apontando possível preconceito/perseguição contra o pensamento denominado de kardecista.

Em 1891, surgiu o primeiro hospital para os loucos na Paraíba, o Asylo de Alienados Sant’Anna⁵ localizado no Sítio Cruz do Peixe. Porém, apenas houve a mudança física, da cadeia pública, onde estavam recolhidos, para outro ambiente semelhante, uma vez que lá também continuavam trancafiados, vivendo em condições precárias e sem receber tratamento médico especializado – o que só vai acontecer em 1910, com a chegada do psiquiatra Dr. Octavio Ferreira Soares. A partir de então a loucura “passou a ser vista como uma doença mental, portanto, passível de ser curada” (JUNQUEIRA, 2016, p, p.308).

O problema com o tratamento fica bem perceptível quanto à própria criação do hospício, que se deu de forma inadequada para os padrões de um hospital para receber os loucos, bem explorado na seguinte descrição do asilo Sant’Anna feita por Castro (1945, p. 366):

Era um pavilhão colocado ao nascente do atual Hospital Santa Isabel, baixo, com mais ou menos uns trinta metros quadrados de área coberta. O edifício, além da alpendrada que o rodeava, dispunha de 12 celas escuras e sem ventilação, cujas portas, únicas e pesadas singularizam-se pelo orifício de forma retangular, bem no centro, com grade de ferro em forma de cruz, atestando o perigo do excitado, cujos gritos desordenados, ecoavam além do alto muro que o separava do mundo exterior. Por aquele arremendo de janela, escavado na porta processava-se toda a comunicação do insano com o Enfermeiro ou pessoas da família. A passagem de medicamentos e refeições

⁵O Asylo Sant’anna, era localizado no sítio Cruz do Peixe. Foi o primeiro hospital exclusivo para receber os loucos na Paraíba, inicialmente, funcionou como Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, posteriormente foi transformado em Hospital Provisório para variolosos e depois passou a abrigar doentes de endemias, flagelos da seca, pobre, prostitutas, mendingos, etc. (SILVA FILHO, 1998, p.61).

se fazia através daquelas grades frias e impassíveis. No piso de cada cela, bem no centro existia o orifício da fossa, cujos gases nauseabundos enchiam o recinto.

O relatório do presidente João Pereira de Castro Pinto deixa bem especificado esse mal estar causado pelas condições que se encontrava a população interna dessa “casa de supplicios”:

Se todos os serviços de caracter official ou não, mas affectando à comunhão alcançassem a bem-aventurança de uma superintendencia tão conduzida como a do talento magistrado na Santa Casa de Misericórdia, nós teríamos recuperado meio século de atraso em nossa evolução social, rememorada pela differença e pelo egoísmo, pelos erros e pelas faltas secresivamente accumulados.

Prova desta minha asserção está ali, no hospício de alienados, antro de miséria e de angustias, onde recolhe os loucos para mais inremediavelmente se lhes desenvolver a louca, em taes condições de hygiene que parece uma casa de supplicios, cuja planta, e cujo regime nos viesse da China. (PINTO, João Pereira de Castro. **Relatório do Presidente de Estado**. Parahyba do Norte, 1913. p. 44)

Durante a Semana Médica realizada no ano de 1927 o orador do discurso, Flávio Maroja, denuncia a condição da assistência aos alienados antes da construção do hospital Colônia Juliano Moreira: “O hospicio de Sant’ Anna revela, diz o orador, que a Parahyba é um dos Estados que mais se tem descurado no tocante à assistencia aos alienados.” (A União, 10/05/1927). E Continua, “Extranho ter falado o seu collega em assistencia a alienados na Parahyba nunca houve essa assistencia. O que há na Santa Casa, o que há na Cadeia Pública não deve ter o nome de assistencia, para não desvirtuar a palavra” (A União, 10/05/1927).

Pode-se perceber nesse momento, a ausência do que Foucault chamou de relação poder/saber referente ao médico psiquiatra no asilo Sant’Anna, pois o campo psiquiátrico ainda não existia na Paraíba, o primeiro psiquiatra a atuar na cidade da Parahyba foi Octávio Ferreira Soares no ano de 1910, tendo sua formação na faculdade de medicina do Rio de Janeiro.

Como apontado o Asilo de Sant’Anna já nasce com fortes problemas de estrutura e de tratamento especializado para esse tipo de enfermo. Castro ao discutir as formas de terapêuticas empregadas nessa instituição, expõe que os enfermeiros

exerciam mais participação no cuidado com os pacientes que os próprios médicos, além disso, argumenta que as visitas dos médicos, da Santa Casa de Misericórdia, eram muito rápidas e em alguns casos feitos a distância. Nesse aspecto “a terapêutica se resumia na aplicação de calmantes, brumuretos e mais brumuretos, cujo efeito medicamentoso era secundado pela reclusão” (CASTRO, 1945, p. 367).

“Movimento de hontem do Hospital de Sant’Anna. Existiam em tratamento 103 enfermos, sendo 48 homens e 55 mulheres, assim discriminados: molestias diversas 59, alienados 33, tuberculosos 26”. **Diário do Estado**. Parahyba do Norte, 28/02/1919, p 2).

A Provedoria dessa instituição faz ciente que os hospitaes de Santa Izabel, Sant’Anna e a enfermaria dos loucos estão completamente cheias, não havendo espaço para colocar uma esteira, e por isso deixa de admitir doentes nos mesmos enquanto não houver vaga. (**Diário do Estado**. Parahyba do Norte, 28/02/1919, p.2).

Os loucos não podiam circular nas ruas e também faltava vaga nos hospitais da cidade que eram destinados aos alienados. Essa situação era frequentemente retratada nos jornais que criticavam não só a falta de hospitais, mas as condições de funcionamento dos existentes.

A questão publica e social da assistencia aos allienados ainda é letra morta na Parahyba do Norte, talvez por um descaso injustificavel dos seus govêrnos. O que nós aqui temos – o ergastulo da Cruz do Peixe – é uma masmorra infecta e sem luz, mais propria e enloquecer os sadios que a asylar esses pobres doentes do systema nervoso. Aquella baiuca lugubre, de portas negras, com pequenos guiehéts guarnecidos de ferro era e é em tudo proporcional ao que chamavamos emphaticamente de Cadeia Publica, deshonrando as modernas instituições do Direito Penal (...).(Diário do Estado, Parahyba do Norte, 28/02/1919, p.2).

Para o empreendimento da construção de um hospital para os loucos, os médicos defendiam a necessidade de diálogo com o mais atualizado conhecimento sobre as doenças mentais e seus tratamentos. Entrando na segunda metade do século XX, esses diálogos se tornaram mais frequentes. Governos como o de Castro Pinto e Camilo de Holanda foram um dos que mais ouviram esses discursos.

No ano de 1918 o médico psiquiatra Octávio Ferreira Soares, fazendo uso da imprensa; veio a público pedir apoio ao governo de Camilo de Holanda no tocante a

assistência desses “infelizes alienados”, em um artigo intitulado “Assistência de Alienados”:

(...) o nosso asylo Cruz do Peixe se acha sempre com os cubículos cheios de doentes, porque, os parentes e a policia, embora reconheçam a insalubridade, o horror do edificio pala os remettem, por falta de outro. E o que fazer ao ver semelhante espectáculo? Nada! Cofranger-se-nos e recolhel-os, pois a sociedade e os parentes os repellem! E para quem appellar?

Para o exmo. sr. dr. Camillo de Hollanda, medico distincto, conhecedor de todos os segredos da sciencia moderna, viajado, o qual reconhece a necessidade de tal serviço tão utilitário á collectividade, e que perpetuará o seu nome no torrão natal. (A UNIÃO, Parahyba do Norte, 15. 06. 1918, p. 4).

No discurso do médico Octávio Ferreira Soares, percebemos a medida que este faz referência à situação em que se encontravam os doentes no asilo Cruz do Peixe ou Sant’Anna, propiciando também uma cobrança para a fundação de um hospital para os alienados na cidade.

Já no ano de 1917, Octávio Ferreira foi enviado em uma excursão ao Rio de Janeiro, para conversar com o psiquiatra Juliano Moreira, para assim buscar os mais novos conhecimentos referentes à “ciência psiquiátrica”, como afirmavam. E foi nesse modelo de psiquiatria e internamento asilar defendido por Juliano Moreira que o Hospital para doentes mentais foi pensado e construído em solo paraibano. Nesse período o campo psiquiátrico passou por reformulações e, principalmente, passou a ter espaço para se firmar no país, como discutido por Jurandir Freire Costa (2006, p. 35):

Em 1912, a Psiquiatria torna-se especialidade médica autônoma e, a partir desta data, até 1920, ocorre um aumento importante no número de estabelecimentos destinados aos doentes mentais. Durante este período são inaugurados a Colônia do Engenho de Dentro, a Colônia de Jacarepaguá e o Manicômio Judiciário.

Não só no sudeste, mas na Paraíba do início do século XX já contava, na sua equipe médica, com especialistas em psiquiatria, cujo “representante maior” era o médico Sá e Benevides que mantinha contato com o psiquiatra Juliano Moreira além de ser sócio correspondente da “Sociedade de Neurologia Psychiatria Brasileira”. (A UNIÃO, 1924). É justamente nesse contexto de efervescência do saber e atuação dos psiquiatras que os médicos paraibanos passaram a reivindicar para si um estabelecimento ao qual, junto ao dito saber “científico”, torná-os aptos a exercerem sua profissão de especialistas em doenças da mente.

O contato com as perspectivas dos médicos psiquiatras do sudeste, principalmente o psiquiatra Juliano Moreira, trouxeram para a Paraíba o modelo de internamento asilar defendido por eles. Essas ideias serviram de norteamento para a construção do hospital para alienados da cidade da Paraíba, cuja própria planta foi projetada por Juliano Moreira.

No dia 23 de Junho de 1928 foi inaugurado o Hospital-Colônia Juliano Moreira, marcando o início da medicalização da loucura na Parahyba (SILVA FILHO, 1998, p.78).

Enquanto os hospitais funcionavam como uma cidade perfeita para abrigar os loucos, perfeita se tornava a cidade aos olhos da elite e dos que acreditavam que extinguir os loucos, os mendigos, as prostitutas e os menores do seu cotidiano era o objetivo maior que deveria ser alcançado pela mesma no início do século XX.

(...) O espaço asilar deveria ser uma cidade perfeita, transparente, racional e moral, em que a loucura pudesse ao mesmo tempo aparecer e ser abolida. Aparecer como uma verdade não só do louco, mas do homem, e ser superada pela força da racionalidade reinante na organização e no funcionamento do asilo. PELBART, 1994, p 46).

Referências

- ARAÚJO. Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade muitas tramas: a cidade da Parahyba do Norte e seus encontros com a modernidade.** Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001
- CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba –** Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 2006.

- FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As Origens do Espiritismo no Brasil: razão, Cultura e resistência no início de uma experiência. (1850-1914).** Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília., Brasília, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- GIUMBELLI, Emerson. Kardec nos trópicos *in* **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 3, n. 33, junho de 2008. P. 16.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2010.
- JUNQUIRA, Helmara Giccelli Formiga Wanderley. **Doidos[as] e doutores: A medicalização da loucura na Província da Parahyba do Norte 1830-1930.** Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
- LEWGOY, Bernardo. **O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- LEWGOY, Bernardo. O Livro Religioso no Brasil Recente: uma reflexão sobre as estratégias editoriais de espíritas e evangélicos. **Revista Ciências Sociais e Religião,** Porto Alegre, Ano 6, n.06, p. 51-69, 2004.
- LEWGOY, Bernardo. **Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no espiritismo kardecista.** São Paulo: USP, Tese de doutoramento, 2000.
- LIMA, José Raimundo de. **Federação Espírita da Paraibana: doutrina, história e divulgação, 100 anos com Deus, Cristo e caridade, 1916-2016.** João Pessoa: JCR Gráfica e Editora, 2016.
- SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O serviço de higiene Pública, 1895 a 1918.** Ribeirão Preto: USP, 1999. (Tese de Doutorado).
- SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Entre a Ciência e a Saúde Pública: A Construção do Médico Paraibano como Reformador Social (1911 – 1929).**

Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal de Campina Grande.
Campina Grande, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão:** tensões sociais e criação cultural na primeira república. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA FILHO, Edivaldo Brilhante. **História da Psiquiatria na Paraíba.** João Pessoa: Santa Clara, 1998.

Fontes:

Jornais: A União, Correio Oficial, Estado da Parahyba.

Revistas: Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Almanaque do Estado da Parahyba.

Mensagens de Presidentes de Estado da Parahyba.

Relatório de Presidente de Província.